



O ASSESSOR QUE ULTRAPASSA OS LIMITES

Maquiavel já alertava sobre os perigos da ausência de limites entre o político e seus assessores

Artigo de Francisco Ferraz

Fonte: www.politicaparapoliticos.com.br

A política tornou-se uma carreira - e o político, na condição de legislador ou governante, um profissional público. A exemplo de outras atividades, a política exige competência, atualização permanente e muito trabalho. O assessor em tempo integral, que reúne confiança e qualificação, também agora é um profissional que atende a uma necessidade indispensável do político.

Nos dias de hoje é muito raro encontrarmos um político que não tenha ao menos um assessor trabalhando ao seu lado. A literatura especializada, entretanto, é muito pobre no que se refere a essa carreira, sobretudo quando se estabelece um contraste entre o escasso tratamento que lhe é concedido e a importância de seu competente desempenho.

Embora seja extremamente complexa, a assessoria política não possui uma definição objetiva de atribuições, responsabilidades e poderes. Ela permanece no reino do subjetivismo, adquirindo contornos mais precisos na prática dos encontros e desencontros, das expectativas frustradas e surpresas agradáveis, do ajuste de temperamentos e hábitos.

Assim, há casos em que o assessor é o "faz-tudo" do político, envolvido em todas as atividades do chefe. Existem outros nos quais o assessor é a "escala" necessária para se chegar ao líder. E outros, ainda, em que os auxiliares são especialistas setoriais, consultados apenas quando está em questão a matéria de sua especialidade.

Porém, independentemente de suas funções executivas, o assessor político é, ordinariamente, um conselheiro, uma pessoa que por suas lealdade, experiência e informação reúne condições de orientar seu chefe com críticas, orientações, advertências e sugestões.

Embora subordinado, o assessor deve ser estimulado a falar a verdade. Como dizia Maquiavel, *"a única forma de um político proteger-se da bajulação é fazer as pessoas entenderem que não o ofendem por falar a verdade"*. A lealdade e confiança que devem existir entre político e assessor são o aval dessa necessária sinceridade.

Existindo uma atmosfera de confiança, o colaborador deve empregá-la para não mentir, ainda que a verdade seja desconfortável ou até mesmo dolorosa. Mas atenção: muito cuidado para não ultrapassar o limite. É nesse ponto que a maioria dos assessores comete erros que podem ser muito graves.

- Certas verdades somente podem ser ditas numa conversa reservada entre os dois. Se for revelada durante uma reunião com outras pessoas, pode criar embaraços e constrangimentos.
- Falar uma verdade que provoque mal-estar implica saber escolher o momento certo. Há ocasiões em que a quantidade de incomodações e problemas já é tão grande, que é nada recomendável tratar desse tipo de questão.
- Não é prudente adquirir o hábito de tomar a iniciativa na abordagem desses assuntos. É sempre mais aconselhável esperar que seu chefe solicite sua opinião.

Esta última advertência é especialmente importante: o político prudente busca os conselhos de seus assessores e espera que eles falem a verdade, mesmo que ela incomode. Por outro lado, o mesmo político sabe que - novamente citando Maquiavel - *"quando todos podem dizer-lhe as verdades, perdem o respeito por ele"*. A questão é basicamente esta: a quem deve pertencer a iniciativa de levantar um tema - ao chefe ou ao assessor? A resposta é clara: salvo nas

circunstâncias em que o subordinado possui informações que podem afetar seu chefe, a iniciativa deve ser sempre do político. É ele - e somente ele - quem deve tocar no assunto e pedir uma opinião.

Em algumas situações, o assessor deve proteger o político.

O político deve sempre buscar conselhos, mas o faz apenas quando sente que precisa - e não quando os outros querem. O assessor que contraria tal regra incorre num erro muito grave - o de ultrapassar os limites. Mesmo que seu chefe tenha lhe dado essa liberdade, use-a com muito critério e com muita economia.

Se você julgar que cabe tomar a frente, escolha o momento certo, assegure-se de que haverá tempo para a conversa e reúna-se a sós com o chefe para só então tocar no assunto e apresentar suas orientações. Em nenhuma hipótese você deve fazê-lo numa reunião com outras pessoas. Como regra, espere ser consultado, entregue a ele a iniciativa. Assim mesmo, haverá ocasiões em que você terá que proteger o político.

Se durante um encontro com terceiros ele pedir sua opinião sobre algo que, pela sua sensibilidade, deveria ser abordado numa conversa privada, evite a pergunta e, sobretudo, a resposta. Procure-o depois da reunião e só então, a sós, revele seu ponto de vista e a razão pela qual você não se manifestou antes.